

## APESAR DE SITIADOS, A SÉTIMA ARTE E AS PESQUISAS SOBRE O CINEMA NO BRASIL RESISTEM!

 <https://doi.org/10.46401/ardh.2022.v14.17754>

Ao ler a reportagem da jornalista e socióloga Ana Paula Sousa intitulada “Um terço da população do país ainda rejeita filme brasileiro”, não fiquei estarecido. Me lembrei de uma conversa com um jovem cineasta, numa mesa de bar, tempos atrás. Disse a ele que odiava o cinema brasileiro. Espantado, ele me inquiriu: – O que você conhece do cinema brasileiro? Naquele momento, e mesmo hoje, conhecia e conheço muito pouco do cinema brasileiro, e assumo uma parte da responsabilidade pelos números apresentados por Sousa. Entretanto, para além, certamente há um problema de investimento e de divulgação das produções fílmicas nacionais, o que fragiliza e obriga diretores e diretorias, produtoras e produtores do cinema brasileiro a se desdobrarem e se mostrarem competitivos nos mercados nacional e internacional.

Na pesquisa financiada pelo Itaú Cultural sobre a recepção do cinema brasileiro foram ouvidas duas mil e duzentas pessoas pelo Datafolha. Dos entrevistados, 19% nunca viram um filme brasileiro. Esse número revela que, ao contrário de outros países, o cinema brasileiro ocupa um pequeno espaço na fruição cultural de brasileiros e brasileiras. Felizmente, a pesquisa revela que, mais recentemente, 80% dos brasileiros viram pelos menos um filme brasileiro. Ana Paula Sousa lembra que na década de 1990 não era possível ver filmes brasileiros, já que houve uma política de desmonte das produções cinematográficas no país. O desaparecimento de políticas públicas de fomento e sustentação da produção cinematográfica foi levado a cabo por Fernando Collor de Mello, uma de suas controversas medidas que, por fim, acabou por sufocar este setor responsável por produzir arte e integrar as cadeias econômicas. Sousa ainda destaca que, quando há uma maior audiência dos filmes brasileiros, isso ocorre a partir de uma concentração de obras ligadas à produtora Globo Filmes. Estes, ela os divide em grupos, tais como: filmes ligados a violência: Cidade de Deus (2002), Carandiru 2003, tropa de elite (2007) e Tropa de Elite 2: O inimigo agora é outro (2010); comédias, como: o Auto da Compadecida (2000), Se Eu Fosse Você (2006) e as franquias De pernas pro Ar, Até que a morte nos Separe e Minha Mãe É Uma Peça. A comédia é um gênero popular, na Europa, por exemplo, esse é gênero preferido por 46% dos entrevistados.

Aquilo que os respondentes menos gostam nos filmes brasileiros são as cenas de violência e os palavrões. A má qualidade também é mencionada na pesquisa. A conclusão

da pesquisa, alicerçada nas ideias de Paulo Emílio Salles Gomes, é que o hábito de consumo de filmes estrangeiros moldou o olhar dos brasileiros.

A situação atual da cultura guarda grande semelhança com o contexto do governo de Fernando Collor, no que se refere ao desmonte. Sob o governo Bolsonaro, ele assumiu as feições de uma grande guerra cultural. A cultura foi tomada como a inimiga Número Um do governo. Nas escolas, cada vez maior espaço foi dado ao revisionismo e ao negacionismo, ocultando fatos históricos que denunciam os problemas socio-estruturais do país, oferecendo interpretações esdrúxulas sobre o período de 1964 a 1985, negando ter havido uma ditadura, afirmando ter ocorrido uma “revolução” capitaneada pelos militares. Docentes, principalmente ligados às ciências humanas, passaram a ser perseguidos e taxados de doutrinadores; os livros, em muitos casos, foram substituídos por materiais apostilados orientados por valores religiosos e políticos que visavam apagar o mandonismo, o racismo estrutural e o fosso da desigualdade reinantes no Brasil.

O cinema tem sido um dos veículos culturais mais importante na denúncia das agruras e do subdesenvolvimento do país e da América Latina, desde Glauber Rocha, e foi duramente atacado e cerceado nos últimos quatro anos. A síntese desse desmonte é apresentada pela jornalista e artista plástica Ana Ortega, integrante da Nonada Jornalismo, uma organização que se dedica a impulsionar o jornalismo cultural no Brasil. Os dados trazidos na reportagem dão conta da situação de esgarçamento que vive o cinema nacional e, consequentemente, seus roteiristas, diretores, atores, atrizes e todos os sujeitos dessa carpintaria engenhosa que resiste apesar do Estado autoritário que buscou desmontar nossa cultura. Os editais de financiamento caíram da média de 14 entre 2015 e 2016 para 2 sob o governo Bolsonaro, uma queda de 85%. Sob a administração dos secretários desastrosos, um jornalista, dois economistas, um dramaturgo, um ator, uma atriz, um advogado especialista em direito de família, as políticas culturais brasileiras definharam. Diversos deles deixaram o cargo em função de escândalos, dentre os quais podemos citar uma encenação inspirada no nazismo, que repercutiu mal na opinião pública; um chique da secretária e “namoradinho do Brasil” ao ser questionada sobre as políticas culturais do governo, e, finalmente, o secretário ex-Malhação que se envolveu em um escândalo de diárias.

A Agência Nacional do Cinema (Ancine), ora, teve um papel figurativo, ora, aos moldes da Ditadura Militar, cerceou a produção cinematográfica brasileira. Se, no passado, ela possuiu um papel de agência reguladora independente que fomentou produções importantes como Aquarius, Medida Provisória, Bacurau, entre outras, desde 2017, sob a presidência de Michel Temer, o desmonte foi iniciado, desestabilizando as políticas da Ancine em um momento no qual o mercado audiovisual vinha em crescimento, gerando impactos culturais e financeiros. A partir de 2019, as propostas de desmonte, perseguição e ocupação privatista da Ancine ficaram mais claras. Como destaca Ana Ortega, “Já era o anúncio do movimento que definiria os últimos anos da agência: perseguição a produções com temáticas sociais e políticas, priorização do mercado externo, falta de transparência, ausência de editais e até mesmo um caso de orçamento secreto”.

A partir da indicação do Tribunal de Contas da União de que o processo de prestação de contas deveria ser melhorado, a Secretaria Especial de Cultura preferiu se utilizar da sugestão para interromper o repasse público de recursos, a partir de um discurso que supostamente exigia transparência, corroborando com a ideia de corrupção que foi utilizada durante todo o governo que se encerra em 1º de janeiro de 2023 como álibi contra todo um setor de produção cultural. Nenhum aparato foi dado aos artistas e produtores para a celeridade desse processo. Com o setor paralisado, foi necessário que os artistas recorressem a coproduções, plataformas, streaming, editais municipais, estaduais e as leis de incentivo para continuarem sobrevivendo.

As estratégias do desmonte a partir da alegação de ausência de recursos financeiros para cumprir os compromissos assumidos pelo Fundo Setorial do Audiovisual paralisaram uma série ações culturais e precarizaram a vida dos trabalhadores da cultura. Podemos observar, sem dúvida, que o desmonte esteve ligado a um processo geral, que incluí o boicote às leis de incentivo e a formulação de uma Proposta de Emenda Constitucional contra a cultura, capitaneada por parlamentares ligados à Frente Parlamentar do Empreendedorismo, que levaria à extinção da Condecine (Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica), uma cobrança federal feita por meio da Ancine para emissoras de TV abertas ou canais pagos, rádios, operadoras e produtoras de vídeo e de cinema, que é a principal fonte de financiamento do Fundo Setorial de Audiovisual.

Para além, temos os filtros ideológicos que vêm sendo implementados desde 2019. Podemos citar a censura da distribuição nacional do filme *Marighella*, atrasando a chegada da produção aos cinemas brasileiros; o filme *A vida invisível* também sofreu perseguições e teve seus cartazes arrancados da instituição e uma sessão cancelada (de acordo com Ana Ortega, o fato foi denunciado pela Associação de Servidores Públicos da Ancine). O presidente da república que tomou posse em 2019 censurou projetos em parceria com a Empresa Brasileira de Comunicações em parcerias com a TV Cultura, TV Escola, rádios e TVs universitárias, dentre eles estavam aqueles ligados à diversidade de gênero e sexualidade que seriam financiados pelo Fundo Setorial do Audiovisual (FSA).

No espectro das perseguições é preciso citar o emblemático caso da Cinemateca Brasileira, uma das mais importantes instituições de preservação do cinema, de sua história e da memória brasileira, que sofreu vários ataques do governo que agoniza. O desmonte passou pela extinção do contrato de financiamento com Associação de Comunicação Educacional Roquette Pinto, fechamento temporário, atrasos de pagamentos de salários dentre outras ações de puro desmonte. Apesar dos ataques, houve resistência por parte de seus funcionários, de pesquisadores e de entidades do audiovisual.

O cinema brasileiro sofreu vários ataques nesse período, apesar disso, sobreviveu. Também sobreviveram as pesquisas sobre a importância cinema, como aquelas presentes no dossiê organizado por Alcilene Calvacanti e Flávio Villas-Bôas Trovão, "Cinema e Estudos Culturais: perspectivas em debate". Nele, encontramos os textos *RELAÇÕES DE GÊNERO, CASAMENTO E ASCENSÃO SOCIAL EM "OS HOMENS PREFEREM AS LOIRAS"* (1953), de

Ana Elisa Muçouçah; "GAYS SHOULD NOT EXIST": MORTE E ENCARCERAMENTO DA POPULAÇÃO LGBT NO BRASIL, de Ronaldo Alves Ribeiro dos Santos e Bruno do Prado Alexandre; A TORTURA (RE)ENCENADA COMO DENÚNCIA: UMA ANÁLISE DE "BRAZIL, A REPORT ON TORTURE" E "NO ES HORA DE LLORAR", de Jean Carillo de Souza Silva; NOSTALGIA VIA STREAMING – UM ESTUDO SOBRE OS USOS DA NOSTALGIA EM PRODUÇÕES ORIGINAIS DA NETFLIX, de Fabricio Silva Parmindo; UM OLHAR SOBRE A PERSONAGEM, O ANTECAMPO E A CINEFILIA EM SANTIAGO (2007), DE JOÃO MOREIRA SALLES, de Vinícius Piassi; CADÊ A PORRA DO BAIANO? O USO DA TRAGÉDIA PARA A FORMAÇÃO DE POLICIAIS FASCISTAS EM "TROPA DE ELITE" (2007), DE JOSÉ PADILHA, de Felipe Biguinatti Carias; UM LAMPIÃO NAS ESQUINAS ESCURAS: HISTÓRIA, SEXUALIDADE E CINEMA NO BRASIL CONTEMPORÂNEO, de Victor Hugo da Silva Gomes Mariusso; O WILDERNESS E A FRONTEIRA NO SÉCULO XXI: UMA REFLEXÃO SOBRE BABEL (ALEJANDRO GONZÁLEZ IÑÁRRITU, 2006), de Gustavo de Freitas Sivi; MATO GROSSO E AS CINEMATOGRAFIAS CONTEMPORÂNEAS: TERRITORIALIZAÇÃO E CULTURA, de Caroline de Oliveira Santos Araújo e Marithê Azevedo.

Além do dossiê, temos, na sessão resenhas, o texto *ESCRITA E MOVIMENTO, A EVIDÊNCIA DO CORPO EM HISTÓRIA DA DANÇA: ANTOLOGIA VOL. 2*, escrito por Samuel Mazza, e, no Caderno Especial, o texto em homenagem a cantora Gal Costa, falecida e nove de novembro de dois mil e vinte e dois, *GAL COSTA ACENDE O CREPÚSCULO DO BRASIL: UMA VOZ QUE NÃO SE APAGA NUNCA*, de Robson Pereira da Silva.

Ao encerrar este Editorial, cumpre lembrar Nélida Piñon, que nos deixou hoje, nos últimos dias deste difícil ano para a cultura brasileira. Dela nos despedimos com sua própria frase: "Se a memória simula esquecer os mortos, o amor, albergado no coração e sempre à espreita, a qualquer sinal açoita quem sobrevive às lembranças".

os editores.